

DEBUTE DA ESQUERDA NO PAÍS MAIS IGUALITÁRIO DA AMÉRICA LATINA

Andrés Malamud

JORGE LANZARO (coord.)

**La Izquierda
Uruguaya entre
la Oposición
y el Gobierno**

Montevideo,
Editorial Fin de Siglo
e Instituto de Ciencia Política
2004, 434 páginas

Nos últimos anos, difundiu-se na América Latina o mito da viragem à esquerda. Este consiste na ideia de que as vitórias de Lula, Bachelet, Tabaré, Kirchner, Chávez e Morales manifestam uma reacção homogeneamente progressista do eleitorado latino-americano às políticas neoliberais dos anos 90. Desmontar um mito não é tarefa fácil, depois de ele se ter convertido no senso comum. No entanto, essa é uma das missões que o livro compilado por Jorge Lanzaro procura cumprir, mediante duas estratégias: a primeira consiste em distinguir a esquerda uruguaia de outros movimentos latino-americanos que ostentam o mesmo rótulo, sobretudo os que são dominantes na Argentina, na Bolívia e na Venezuela; a segunda reside em aprofundar a análise do caso uruguaio, argumentando que o eleitorado se aproximou dos partidos de esquerda sem que estes últimos tenham feito o mesmo em relação aos eleitores. No moderado e aristotélico Uruguai, o equilíbrio encontra-se sempre nalgum ponto intermédio.

O primeiro capítulo, que abarca um quarto do volume, pertence ao coordenador da

obra. Nele, Lanzaro apresenta uma análise comparada do desenvolvimento da Frente Ampla (FA). O contexto de comparação é a América do Sul, o que permite relacionar o processo político uruguaio com os que tiveram lugar no Brasil e no Chile, comparando o triunfo da FA com o do Partido dos Trabalhadores (PT) e o da Concertação, respectivamente. No entanto, o elemento mais rico deste capítulo não é tanto o seu enquadramento regional, mas a ênfase posta num conjunto de características que se apresentam como típicas do sistema político nacional. O processo de transformação da esquerda condu-la, primeiro, de uma orientação corporativa para outra «nacional e popular», para logo de seguida se orientar numa direcção mais aberta, mais *ciudadã*. O resultado é «um partido de tipo novo num sistema em transformação», mas que deixa incólumes as práticas que caracterizam a política uruguaia desde sempre: o consociativismo, o pluralismo, a co-participação (chamada muitas vezes, a partir do caso italiano, de *lotizzazione*), os acordos transversais, o gradualismo e a moderação. Para conseguir este resultado a esquerda apela a uma

«estratégia com dois níveis»: atacar – mediante a oposição sistemática aos velhos partidos – e agradar – através da moderação ideológica do seu discurso e das suas práticas. Deste modo, consegue o duplo resultado de se distinguir dos partidos tradicionais e aproximar-se de partes crescentes do eleitorado que rejeitam a velha política.

O LONGO PERCURSO ATÉ AO PODER

No capítulo seguinte, Daniel Buquet e Gustavo de Armas analisam as razões que levaram a esquerda uruguaia de uma posição minoritária até à iminência da conquista da maioria eleitoral. Os autores começam por descrever a evolução da esquerda nas urnas de 1925 a 1999, mostrando que o ponto de inflexão ocorre em 1971: a partir daí, o voto na esquerda nunca mais parará de crescer. Em seguida, Buquet e De Armas procuram a explicação do fenómeno; para isso começam por discutir a hipótese do «efeito demográfico». Proposta por numerosos estudiosos do caso uruguaio, esta hipótese considera que o crescimento do voto na esquerda está correlacionado com o tipo de apoio etário que os partidos obtêm: dado que as forças tradicionais se sustentam no voto dos mais velhos e as da esquerda atraem os mais jovens, as taxas naturais de mortalidade condenam as primeiras, ao mesmo tempo que o crescimento natural da população beneficia as últimas. Por outras palavras: «demografia é destino», como gostam de dizer os demógrafos. No entanto, os autores demonstram que a evolução demográfica, embora fundamentalmente correcta, só

parcialmente explica a variação eleitoral. Recorrem então a uma hipótese complementar, que incide na oferta, e não na procura, eleitoral: o deslizamento ideológico (a moderação) da esquerda. Numa sociedade em que a distribuição ideológica do eleitorado se expressa numa curva normal, uma força de esquerda, sem competidores no seu extremo ideológico, tem todos os incentivos para se deslocar em direcção ao centro, ampliando a sua base eleitoral. Foi, precisamente, isto que ocorreu.

Os dois capítulos seguintes são da autoria de Juan Pablo Luna. No primeiro capítulo, de recorte empírico, Luna estuda as ideologias partidárias e a evolução da competição eleitoral para determinar se é apropriado falar de «famílias ideológicas» no Uruguai. Aplicando metodologias inovadoras à análise de quatro inquéritos – dois ao nível das elites políticas e dois ao eleitorado –, o autor consegue traçar um mapa das preferências dos eleitores e dirigentes de quatro partidos: o Colorado, o Nacional, a FA e o Novo Espaço. A conclusão é que se mostra pertinente falar de famílias ideológicas em referência aos partidos tradicionais, mas já não é adequado fazê-lo com os partidos situados à esquerda. É interessante destacar que este capítulo passa em revista uma série de – no dizer de Luna – «aparentes paradoxos», o mais sugestivo dos quais consiste em definir os actores do bipolarismo centrípeto como «direita reformista» e «esquerda conservadora». Estes rótulos, ainda que apropriados, poderiam não ser do agrado dos protagonistas, facto que realça a coragem do autor.

O segundo capítulo de Luna, uma combinação de economia política com sociologia política, desenvolve a tensão entre as limitações impostas pela estrutura, principalmente a economia internacional, e as (poucas) oportunidades que se apresentam aos actores (*agency*). Em síntese, o argumento sublinha que a heterogeneidade interna produzida pelo crescimento repentino da FA tornaria difícil a implementação das políticas requeridas num contexto de fortes limitações externas. Portanto, para conciliar políticas com *constituencies* seria necessário reduzir as expectativas e apostar na flexibilidade e coordenação das duas facções, que se constituíram nos últimos tempos como portas de entrada na FA, a Assembleia Uruguaia e o Movimento de Participação Popular. Esta análise antecipa a formação de um núcleo decisório integrado pelos líderes das três facções principais da FA: Tabaré Vázquez, Danilo Astori e José Mujica.

Em seguida, Natalia Doglio, Luis Senatore e Jaime Yaffé abordam a relação entre a esquerda política e os sindicatos. Sustentam que esta relação remonta às origens do sindicalismo uruguaio, no final do século XIX, mas que se mantém firme, ainda que modificada, até hoje. Para o provar, analisam a interconexão entre os dois actores em três dimensões: directiva, programática e tática. A análise demonstra que os vínculos são elevados em todas elas: a proporção de sindicalistas que participam nas listas de partidos de esquerda é alta, e a participação de militantes partidários com altos cargos sindicais ainda maior; a sintonia programática é forte e a coincidência tática

importante. Segundo os autores, isto demonstra que a redução abrupta da taxa de sindicalização tornou os sindicatos menos classistas e mais cidadãos, renovando (sem abolir) os termos da sua ligação privilegiada à esquerda política.

O capítulo de Rafael Piñeiro e Jaime Yaffé analisa a FA desde o seu interior, a partir do comportamento das suas fracções entre 1971 e 1999. O *puzzle* a desvendar é a crescente fraccionalização da FA, que ocorre em simultâneo com a fraccionalização decrescente dos partidos tradicionais. Assim, enquanto nas eleições de 1999 tanto o Partido Colorado como o Nacional assumem um formato bifraccional – isto é, um número efectivo de fracções parlamentares (NEF-p) próximo de dois –, a FA aprofunda o seu multifraccionalismo, alcançando o limite histórico de NEF-p: 4,8. As explicações sugeridas são duas: por um lado, o facto de, durante a vigência do sistema de duplo voto simultâneo, a FA nunca ter apresentado mais de um candidato presidencial impediu que se desse o efeito redutor que os partidos tradicionais sofreram no momento em que esse sistema eleitoral foi eliminado. Por outro, a concentração de votos da FA nas duas circunscrições maiores (Montevideo e Canelones), logo mais proporcionais, favorece a fraccionalização da oferta eleitoral e o seu reflexo parlamentar. Segundo a previsão dos autores, a expansão territorial da FA e a sua homogeneização nacional deverão contribuir para reduzir, a médio prazo, a fraccionalização. Em qualquer caso, um dado que chama a atenção é a fluidez interna da FA, manifestada no facto de nunca uma fracção ter obtido

o primeiro lugar em duas eleições consecutivas, e só uma (o Partido Comunista) o ter alcançado duas vezes em eleições não consecutivas.

AS TRANSFORMAÇÕES INTERNAS

O capítulo de Antonio Cardarello e Aldo Guerrini apresenta a evolução da FA no interior do país, analisando o processo através do qual um partido de base urbana e orientação modernista se legitimou nacionalmente a partir da sua expansão gradual para as áreas rurais, mais tradicionalistas. As origens da esquerda política uruguaia assemelham-se às da esquerda da outra margem do rio da Prata, em que um Partido Socialista, fundado em 1895, copiava as características do partido de Emilio Frugoni, enumeradas da seguinte forma pelos autores: «a sua génese na cidade capital, o seu discurso contra as bases culturais do tradicionalismo político, o seu desprezo pelo clientelismo e a ênfase racionalista e moralizante do seu discurso...». Não tendo de enfrentar uma força equivalente ao peronismo, que cativou as bases sociais da esquerda argentina brandindo um discurso ideologicamente antagónico, a esquerda uruguaia atravessou o período entre 1954 e 1971 obtendo, fora de Montevideo, apenas um punhado de representantes municipais. A partir de então e até 1999, o contributo do interior para o voto da FA passou de cerca de um quarto para quase metade. Os resultados nas eleições municipais de 2000 atingiram, assim, como um balde de água fria uma força habituada a registar avanços de eleição para eleição. O retrocesso da FA no interior, ganhando apenas no município de Mon-

tevideo, teve duas causas principais: as lutas internas e a alteração do sistema eleitoral que, separando as eleições municipais das nacionais, eliminou o efeito de arrastamento gerado pelos líderes nacionais e potenciou os incentivos que o mecanismo maioritário simples confere à polarização do voto. A análise de Cardarello e Guerrini vai até aí; em 2005, como se sabe, a história seria outra.

Daniel Chasquetti analisa o desempenho parlamentar da FA entre 1985 e 2003. Constatando o alto nível de fraccionamento já referido em capítulos anteriores, o autor vai mais longe e estuda o índice de volatilidade eleitoral e o seu impacto sobre as carreiras parlamentares. De forma aparentemente paradoxal, o estudo mostra que, apesar da alta volatilidade eleitoral da FA (que é comum a todos os partidos tradicionais), existe uma tendência sustentada para a consolidação profissional, isto é, para um aumento das reeleições e para uma diminuição da taxa de renovação parlamentar. De todas as formas, a experiência parlamentar dos deputados da FA continua a ser inferior à das outras bancadas, tanto no que se refere aos anos passados na respectiva câmara, como no que diz respeito à permanência em comissões. Contra o que se poderia pensar, no entanto, o factor experiência não afecta de maneira significativa o rendimento parlamentar da FA. Chasquetti mostra que o desempenho é alto e consistente no que diz respeito à função fiscalizadora, mas baixo e variável no que se refere à função legislativa. Através de testes estatísticos, a investigação comprova que o elemento que explica este último é, antes de tudo,

a existência de uma coligação majoritária e, em segundo lugar, o tamanho do grupo parlamentar. É assinalável que tanto o ciclo de Governo presidencial como a experiência parlamentar tenham pouco impacto sobre o desempenho legislativo da FA.

O último capítulo, de Salvador Schelotto, conta a experiência de Governo municipal da esquerda, em Montevideo, entre 1990 e 2004. Menos conceptual e mais narrativo do que a maioria dos capítulos precedentes, o texto percorre as três gestões da esquerda na capital, assinalando algumas mudanças e continuidades. O mais interessante, que no entanto não é aprofundado, é a análise da relação entre os Governos municipal e nacional, numa espécie de coabitação, em que a FA administrava Montevideo em épocas de presidentes de sentido partidário distinto e diferente orientação ideológica. Também merece destaque a visibilidade internacional que a gestão de Montevideo adquire com a che-

gada da FA ao poder, que, por feliz coincidência, ocorreu no momento em que se fundava o Mercosul, de cujo Secretariado a capital uruguaia se tornaria sede.

Uma consideração final torna-se necessária. Embora a vitória eleitoral da Frente Ampla date de Outubro de 2004 e Tabaré Vázquez presida ao país desde Março de 2005, o livro foi escrito antes desses dois acontecimentos. A escolha do título é, por isso, infeliz: descreve a posição momentânea da esquerda uruguaia «entre a oposição e o Governo», mais do que o seu caminho «de» uma situação à outra. Por isso, a análise não inclui uma avaliação da gestão nacional da FA, mas pára no momento anterior à sua chegada ao poder. «A esquerda no Governo» será, espera-se, a obra que Jorge Lanzaro e o Instituto de Ciência Política da Universidade da República estarão a preparar para aqueles que acompanham o Uruguai através dos seus trabalhos. **RI**

TRADUÇÃO: IVAN NUNES